

## APRESENTAÇÃO DO RELATÓRIO DA OCDE

Lisboa, 18 de fevereiro de 2019

Senhor Secretário-Geral da OCDE

Senhor Secretário de Estado Adjunto e das Finanças

Senhor Embaixador de Portugal junto da OCDE

A apresentação de cada Relatório da OCDE é sempre uma boa oportunidade para fazer um balanço do progresso da economia portuguesa nos últimos anos. Como instituição independente, a OCDE efetua análises com base nos factos e com recurso a grande quantidade de informação, e por isso está particularmente bem colocada para fazer uma análise credível à situação da economia. É por isso que reagimos com satisfação ao Relatório deste ano.

É que, em **primeiro lugar**, o Relatório começa por referir que a recuperação económica do país está agora definitivamente estabelecida e que as condições do país melhoraram substancialmente nos últimos anos.

Regista-se o crescimento notável das exportações – em 2008, as exportações eram equivalentes a 28% do PIB, e em 2018 a 44%; o forte crescimento do investimento em máquinas e equipamentos; e a notável redução do desemprego – uma das mais impressionantes no conjunto da OCDE. Em resultado da política de recuperação de rendimentos das famílias e da redução do desemprego, constata-se que também o consumo privado está agora a dar um contributo positivo para o crescimento do produto.

Em **segundo lugar**, assinala-se que a economia está alicerçada em bases sólidas. Nos últimos anos, a economia portuguesa acumulou excedentes na balança comercial, e em resultado disso a dívida externa líquida tem-se vindo a reduzir e é hoje próxima de 90% do PIB. O crescimento das exportações, que superou em muito o crescimento dos mercados externos, assentou sobretudo na melhoria da qualidade dos produtos e serviços exportados. As nossas empresas estão mais bem integradas nos mercados externos, e aumentou a intensidade tecnológica e a qualificação dos recursos humanos – o que permite este comportamento das nossas exportações. As nossas empresas estão por isso mais competitivas.

Os custos de financiamento às empresas têm-se reduzido significativamente nos últimos anos e aproximam-se dos níveis das taxas de juro em outros países da Europa. Nos últimos tempos, o fluxo de crédito ao setor empresarial recomeçou finalmente a crescer. Ainda assim, a tendência é para a redução do endividamento empresarial. Aliás, o endividamento das empresas e das famílias reduziu-se significativamente e em percentagem do PIB está hoje ao nível da média da OCDE. É importante referir que o investimento empresarial aumentou apesar de as empresas continuarem a reduzir o seu endividamento. Isso tem sido possível graças aos níveis elevados de autofinanciamento: as empresas têm financiado o investimento com base em recursos próprios, conjugados com a forte execução dos fundos europeus de apoio ao investimento empresarial.

Os resultados do Programa *Capitalizar* são assinaláveis nesta matéria, e são particularmente sentidos no que respeita aos benefícios fiscais ao investimento e à capitalização das empresas. Estes benefícios foram sendo consecutivamente alargados nos últimos três anos, o que levou a Comissão Europeia no seu *Tax Survey* de dezembro de 2018 a considerar que Portugal tem o segundo sistema fiscal mais favorável ao investimento empresarial em toda a União Europeia. Foram também dados passos no sentido da reforma do sistema de insolvência e recuperação de empresas, que hoje em dia apresentam um dos enquadramentos mais modernos da Europa, e foram reduzidos

significativamente número de processos pendentes nos nossos tribunais e a sua duração. Na verdade, e como resulta do relatório, Portugal foi dos países analisados aquele em que a duração média dos processos judiciais mais se reduziu, e está agora ao nível da Espanha e da França.

Em **terceiro lugar**, a OCDE reconhece que, apesar de algumas vulnerabilidades em certas áreas – particularmente decorrentes do nível ainda elevado do endividamento externo e de fatores como o Brexit ou as guerras comerciais entre os grandes blocos económicos – os fatores de risco macro económicos diminuíram significativamente. A melhoria consistente das nossas finanças públicas, a estabilização do sistema financeiro ou a redução do endividamento empresarial e das famílias significa que se reduziram de forma significativa riscos que ainda no último relatório eram importantes.

**Finalmente, e em quarto lugar**, as perspetivas de crescimento económico para os próximos anos são sólidas e estáveis. As projeções da OCDE assinalam que o crescimento português deverá continuar a ser superior ao da média da União Europeia.

Assim, no que se refere à análise do estado e progresso da economia portuguesa nos últimos tempos, o Relatório dá-nos razão para olharmos com satisfação para os progressos da Economia. Mais do que registar que o crescimento do PIB tem mais algumas décimas, é importante concluir que as bases de crescimento da economia são hoje mais robustas e saudáveis.

Para além dessa análise, o Relatório procede à discussão de alguns problemas que afetam o país e à formulação de algumas sugestões em matéria de políticas públicas. O Governo reconhece-se em muitos destes problemas, designadamente no que respeita à projeção da diminuição da população ativa, que pode ter um impacto negativo no potencial de crescimento a longo prazo da economia. Este risco leva a identificar a necessidade de continuar a apostar na qualificação dos ativos, em particular junto dos desempregados de longo prazo.

Também a constatação de que se mostra necessário trabalhar para melhorar as condições de vida e o bem-estar dos setores mais vulneráveis da população é uma mensagem em que o Governo se reconhece e tem estado no centro das políticas governamentais. Se é certo que os últimos anos têm sido tempos de redução do risco de pobreza e de crescimento do rendimento das famílias, importa continuar a trabalhar no sentido da proteção de alguns grupos mais vulneráveis, particularmente os desempregados de muito longa duração e os segmentos da população com mais baixas qualificações, que são também aquelas em que os rendimentos são mais reduzidos.

O governo está comprometido com o crescimento da produtividade e com o reforço da competitividade das nossas empresas e da intensidade exportadora da nossa economia. Na estratégia para a internacionalização, definimos como objetivo que as nossas exportações correspondam a 50% do PIB em meados da próxima década. Para esse efeito, será necessário continuar a apoiar o financiamento do investimento empresarial, a reforçar a qualificação dos nossos recursos humanos e a apoiar a inovação e a qualificação da gestão das empresas.

Em muitas matérias que afetam o desempenho das empresas, Portugal continuará a percorrer o caminho que vem sendo traçado nos últimos anos: na simplificação dos procedimentos administrativos, reforçando o programa Simplex+, na melhoria do desempenho dos tribunais; na melhoria das nossas infraestruturas.

O aumento da produtividade é o melhor caminho para a criação de emprego de qualidade, que é a melhor forma de assegurar a melhoria do bem-estar dos nossos cidadãos e a redução das desigualdades. É com esses objetivos de longo prazo em vista que continuaremos a trabalhar, prosseguindo o caminho das reformas que vimos empreendendo.

Pedro Siza Vieira

**Ministro Adjunto e da Economia**